



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS PENEDO
CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM MEIO AMBIENTE**

**CHRISTYAN LUCAS PRIMO DA SILVA
EVELYN MARIA DA SILVA SOUZA**

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS NO ESTADO DE ALAGOAS, BRASIL**

**PENEDO
2022**

CHRISTYAN LUCAS PRIMO DA SILVA
EVELYN MARIA DA SILVA SOUZA

**ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS EM ALAGOAS:
CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL**

Artigo científico apresentado ao Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Penedo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Técnico em Meio Ambiente.

Orientadora: Maira Egito Alves de Lima

PENEDO
2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Penedo
Biblioteca

S586c

Silva, Christyan Lucas Primo da.

Caracterização e análise da distribuição espacial das unidades de conservação no estado de Alagoas, Brasil / Christyan Lucas Primo da Silva, Evelyn Maria da Silva Souza.

19f. : il.

Orientação: Prof.^a Maira Egito Alves de Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente) – Instituto Federal de Alagoas, Campus Penedo, Penedo, 2022.

Trabalho acadêmico em versão digital.

1. Unidades de conservação - Alagoas. 2. Biomas alagoanos. 3. Mata atlântica. 4. Caatinga. I. Souza, Evelyn Maria da Silva. II. Lima, Maira Egito Alves de. III. Título.

CDD: 577

Maria Luzia Alexandre de Oliveira
Bibliotecária/Documentalista
CRB-4/2159

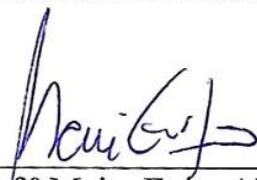
CHRISTYAN LUCAS PRIMO DA SILVA
EVELYN MARIA DA SILVA SOUZA

**ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS EM ALAGOAS:
CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL**

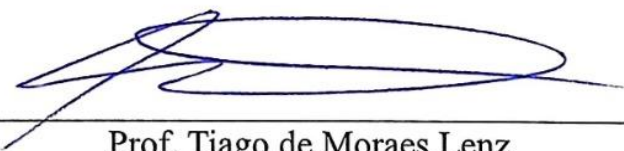
Artigo científico apresentado ao Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de Alagoas, *campus* Penedo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Técnico em Meio Ambiente.

APROVADO(A) EM: 14 / 09 / 2022.

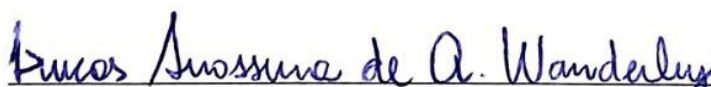
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Maira Egito Alves de Lima
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Prof. Tiago de Moraes Lenz
Instituto Federal de Alagoas - IFAL



Prof. Lucas Suassuna de Albuquerque Wanderley
Instituto Federal de Alagoas - IFAL

ESTUDO SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS EM ALAGOAS: CARACTERÍSTICAS E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

RESUMO

As unidades de conservação (UC) são áreas protegidas, e funcionam como um meio de manutenção dos ecossistemas que têm grande relevância ambiental. Alagoas é um estado vasto e rico, tanto de forma cultural, como ambiental e ao fazer uma pesquisa sobre as unidades de conservação no estado, percebeu-se a necessidade de abordar o tema: UCs federais. Para isso foi feita uma análise sobre a distribuição territorial dessas UCs, e ao avaliá-las houve a possibilidade de constatar a grande potencialidade e os conflitos que elas possuem, interligando esses conceitos e adquirindo informações, como por exemplo os biomas presentes no estado e onde se localizam, sendo eles Caatinga e Mata Atlântica, as comunidades tradicionais que se localizam dentro dessas UCs. A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, que apresenta uma vegetação característica e grande biodiversidade, tendo uma grande riqueza em espécies e um solo de variabilidade fértil, estando apenas 7,7% protegida por UCs. Em decorrência do desmatamento, a Caatinga vem apresentando problemas de deterioração ambiental, além de ser um bioma pouco estudado e protegido, por tais motivos, é de suma importância ter como prioridade o estudo e proteção de tal bioma. A Mata Atlântica não fica atrás, é um bioma que apresenta grande biodiversidade e mesmo assim apresenta muitas espécies em risco de extinção, tem frequentes problemas com queimadas e desmatamento e está apenas 10% protegida por UCs. tendo isso em vista, é possível observar que o território alagoano tem a necessidade e a capacidade para a criação de novas UCs, já que por mais que existam aproximadamente 50 unidades de conservação no estado, em sua maioria elas são RPPNs (Reserva Particular de Patrimônio Natural), enquanto aproximadamente 20 outras UCs estão dispostas de forma desigual, favorecendo o leste alagoano e a Mata Atlântica com 5 unidades de conservação, enquanto o Sertão e o Agreste alagoanos englobados pela caatinga ficam desprotegidos, apresentando apenas 1 unidade de conservação. Chegando assim a concluir que é necessária a criação de novas UCs no intuito de uma maior proteção do Sertão e Agreste alagoano, visando especificamente a Caatinga, pois na situação atual está desproporcional em relação a Mata Atlântica.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Biomas alagoanos. Mesorregiões.

ABSTRACT

Conservation units (UC) are protected areas, and function as a means of maintaining ecosystems that have great environmental relevance. Alagoas is a vast and rich state, both culturally and environmentally, and when researching the conservation units in the state, it was realized the need to address the topic: federal UCs. For this, an analysis was made of the territorial distribution of these UCs, and when evaluating them, it was possible to verify the great potential and the conflicts that they have, interconnecting these concepts and acquiring information, such as the biomes present in the state and where are located, being the Caatinga and Mata Atlântica, the traditional communities that are located within these UCs. The Caatinga is an exclusively Brazilian biome, which has a characteristic vegetation and great biodiversity, having a great

richness in species and a soil of fertile variability, being only 7.7% protected by UCs. As a result of deforestation, the Caatinga has been presenting problems of environmental deterioration, in addition to being a poorly studied and protected biome, for such reasons, it is of paramount importance to prioritize the study and protection of such a biome. The Atlantic Forest is not far behind, it is a biome that has great biodiversity and even so has many species at risk of extinction, has frequent problems with fires and deforestation and is only 10% protected by UCs. With this in mind, it is possible to observe that the Alagoas territory has the need and the capacity to create new UCs, since even though there are approximately 50 conservation units in the state, most of them are RPPNs (Private Heritage Reserves), while approximately 20 other UCs are unevenly arranged, favoring the east of Alagoas and the Atlantic Forest with 5 conservation units, while the Sertão and Agreste of Alagoas encompassed by the caatinga are unprotected, with only 1 conservation unit. Thus, coming to the conclusion that it is necessary to create new UCs in order to provide greater protection for the Sertão and Agreste of Alagoas, specifically targeting the Caatinga, because in the current situation it is disproportionate in relation to the Atlantic Forest.

Keywords: Protected Areas. Alagoas Biomes. Mesoregions.

1 INTRODUÇÃO

Em 1988 foi criada a Constituição Federal Brasileira e no artigo 225 diz "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Uma das formas que o poder público e a coletividade têm para manter equilibrado o meio ambiente, é a criação de unidades de conservação – UC. As UCs são áreas protegidas criadas para preservar e conservar os recursos naturais. Cada uma delas possui órgãos gestores e objetivos diferentes, de modo que, para monitorá-las é preciso informações sobre a região.

As UCs foram concebidas com o intuito de proteger a biodiversidade e seus bens naturais e culturais, e são geridas e criadas pelo poder público estadual, municipal ou federal. Para isso, existem os planos de manejo, neles são levantados os dados específicos sobre a área e, a partir daí, são levantadas as informações para a gestão, recuperação e manutenção da mesma. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, em Alagoas existem aproximadamente 50 unidades de conservação, dentre elas podemos citar as Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu e Marituba do Peixe que dividem o mesmo território no município de Piaçabuçu, são de grande importância na proteção dos quelônios e para as comunidades dos pescadores. Também podemos citar a Estação Ecológica (ESEC) e a APA do Murici, mais duas unidades de conservação que dividem território, e juntas buscam conservar o território. É importante frisar que o fato de haver unidades de conservação no mesmo ponto

demonstra o problema que o estado tem em relação a má distribuição das UCs, assim deixando clara a relevância do nosso levantamento (ICMBio, 2022).

Nesse interim, estudos que abordem as áreas protegidas federais no estado, são importantes porque trazem um leque de informações que enriquecem o banco de dados do ICMBio e demais interessados na conservação desses territórios, assim ajudando a ter um maior controle sobre a distribuição de UCs no estado, visto que a partir desse estudo poderá ser feita a análise da proteção das áreas mais importantes do estado, isso falando em matéria de biodiversidade e também cultura.

Visto isso, o objetivo geral da pesquisa é realizar um levantamento das unidades de conservação federais de Alagoas e suas características, a fim de conhecer como essas áreas protegidas estão distribuídas no estado. Para cumprimento do objetivo geral, foram determinados como objetivos específicos: a) listar as unidades de conservação federais de Alagoas e suas características; b) analisar a distribuição geográfica das unidades de conservação no estado de Alagoas; c) identificar conflitos e potencialidade das unidades de conservação listadas e.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem abordagem qualitativa, pois segundo Severino (2007) esse tipo de abordagem está mais ligado ao conjunto de metodologias usadas do que uma modalidade em particular. Ainda segundo Severino (2007) foi feita uma pesquisa bibliográfica, pois foram feitos levantamentos de artigos, dissertações e, além disso, informações do site do ICMBio. Houve levantamento documental em leis, normativas e demais detalhes legais. É uma pesquisa exploratória, visto que está sendo averiguada a distribuição geográfica das UCs no estado, com o intuito de analisar se elas estão bem distribuídas em questão de bioma e mesorregiões no território alagoano e englobam uma quantidade proporcional dentre as regiões.

A pesquisa se iniciou em janeiro de 2022 com a análise dos planos de manejo e busca por artigos. Em março de 2022 o trabalho começou a ser produzido com os dados já coletados, assim tendo a introdução. Nos meses de abril, maio e junho foi feita uma segunda pesquisa por artigos e no site do ICMBio para maior obtenção de dados e confirmação de informações, onde foi produzido os pontos 3 e 5: Unidades de conservação federais de alagoas e suas Características e conflitos e potencialidades das unidades de conservação. No mês de julho foi feita uma tentativa de contato com os gestores, porém sem sucesso. No mês de agosto o trabalho estava em seus processos finais tendo sido confeccionado o mapa e produzido o mapa e o ponto

4: Distribuição geográfica das unidades de conservação federais em alagoas. No mês de setembro foi produzido o último ponto: as Considerações finais, além de uma revisão geral de todo trabalho e o resumo e abstract.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE ALAGOAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação são classificadas em duas categorias: unidade de proteção integral e unidade de uso sustentável. De acordo com o Artigo 2º da mesma lei, unidades de conservação são:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

Alagoas é um estado com grande potencial para unidades de conservação, devido a existência de diversas áreas naturais nesse território com necessidade de preservação. É um estado de bonitas paisagens, praias, formações rochosas e vegetais, tendo como biomas a Caatinga e a Mata Atlântica, além da presença de mangues e restingas como exemplos de ecossistemas. Sua cultura é extensa e mista, com muitas cidades e pontos históricos, além da culinária forte o bordado e o artesanato, que geram renda para a população. Também é muito rica devido a presença de indígenas e quilombolas, mostrando assim, que o estado tem grande potencial turístico, cultural, histórico e natural. Quanto a economia, temos destaque para a indústria da cana-de-açúcar, que tem como resíduo gerado o bagaço da cana que serve como biomassa para geração de energia, com isso o estado tem a maior parte de sua energia oriunda de fontes renováveis. No entanto, é importante destacar a necessidade de usufruir desses recursos da maneira correta para que não se perca.

De acordo com o ICMBio, existem 6 unidades de conservação federais em Alagoas, são elas: Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais, Reserva Extrativista - RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá, Estação Ecológica - ESEC Murici, Reserva Biológica - REBIO de Pedra Talhada, Área de Proteção Ambiental - APA de Piaçabuçu e a Monumento Natural - MONA Rio São Francisco (ICMBio, 2022).

Cada uma delas tem objetivos e diretrizes de acordo com o tipo de UC que são explicados no Quadro 1:

Quadro 1. Tipologias de Unidades de Conservação Federais em Alagoas

Uso Sustentável	Objetivos
Reserva Extrativista - RESEX	Proteção de povos tradicionais e a prática do extrativismo para subsistência, possibilitando o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis na RESEX.
Área de Proteção Ambiental - APA	Proteção da biodiversidade, conscientização sobre o uso sustentável dos recursos ambientais.
Proteção Integral	Objetivos
Monumento Natural - MONA	Proteção de sítios naturais, que tem grande beleza cênica.
Reserva Biológica - REBIO	Preservação do ecossistema, não podendo ter interferência direta aos seus recursos e aplicando as medidas necessárias para a restauração de seus atributos, restabelecendo o equilíbrio natural.
Estação Ecológica - ESEC	Preservação da natureza e pesquisas científicas.

Fonte: SNUC, 2000

3.2. Descrições das UCs:

A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais foi criada em 1997, através do Decreto DNN5976. A APA possui conselho gestor desde 2011 e plano de manejo desde 2013. É a maior unidade de conservação federal marinha costeira do Brasil, ela possui mais de 400 mil ha de área e cerca de 120 km de praia e mangues. É uma unidade de uso sustentável, ou seja, busca garantir que o uso direto e indireto seja feito da maneira mais consciente possível, além de visar a conservação para as gerações futuras. Uma espécie protegida da área é o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), juntamente com o recife de corais, sua fauna e flora (ICMBio, 2022). A figura 1 mostra a Foz do Rio Maragogi e a figura 2, praia de Maragogi -AL

Figura 1 - Foz do Rio Maragogi



Fonte: Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, 2022

Figura 2 - Praia de Maragogi - AL



Fonte: Maragogi Alagoas 2022

No ano de 1983, foi criada a APA de Piaçabuçu, sendo a primeira Área de Proteção Ambiental criada no Estado. Em seu decreto nº 88.421 consta que a delimitação da APA abrange áreas rurais e periurbanas do município de Piaçabuçu. Seu objetivo principal é de assegurar a proteção de quelônios marinhos, aves praieiras e fixação de dunas. Tem conselho gestor desde 2003 e plano de manejo desde 2010, abrangendo os municípios de Feliz Deserto e Piaçabuçu e totaliza aproximadamente 9 mil hectares em área de Mata Atlântica. Ela engloba parte de outra unidade de conservação a APA estadual da Marituba do Peixe, aproximadamente 147ha, equivalente a 1,72% de sobreposição. As figuras 3 e 4 abaixo mostram as conhecidas dunas da APA (ICMBio, 2022)

Figura 3 - Dunas de Piaçabuçu



Fonte: Mar Sem Fim, 2015.

Figura 4 - Dunas de Piaçabuçu



Fonte: Mar Sem Fim, 2015.

A RESEX Marinha da Lagoa de Jequiá foi criada em 2001, pelo Decreto nº DNN9336, possui conselho gestor desde 2011 e não apresenta plano de manejo. Está localizada no município de Jequiá da Praia, com uma área de 10 mil ha, parte em terrenos de manguezais e parte de águas territoriais brasileiras. A população é composta principalmente por pescadores que exploram pescado e crustáceo dos manguezais adjacentes. Um local de destaque são as dunas de Marapé, visto que é um importante ponto turístico que atrai muitos visitantes no verão, quando as águas estão numa condição límpida e propícia para atividades de mergulho, como ilustrado nas figuras 5 e 6 (ICMBio, 2022).

Figura 4. - Caiçaras na RESEX Jequiá da Praia



Fonte: Maira Egito, 2019.

Figura 5 - Complexo Dunas de Marapé



Fonte: Maira Egito, 2019.

A Estação Ecológica de Murici foi criada em 2001 por meio do decreto nº DNN9214, seu conselho gestor existe desde 2002 e o plano de manejo desde 2017. Apresenta uma área de aproximadamente 6.116 ha, localizada na região noroeste do estado de Alagoas. A estação localiza-se no Planalto da Borborema, mas com porções localizadas sobre os Tabuleiros Sedimentares Costeiros a leste da Unidade. Está localizada no bioma Mata Atlântica, sendo uma unidade de conservação com objetivo exclusivo de preservar sua área de floresta, bem como suas espécies de fauna e flora, tendo que haver autorização do órgão responsável pela administração da UC, apenas aceitando visitas com foco em pesquisas científicas e ações de educação ambiental (ICMBio, 2022). Segue abaixo a imagem 7.

Figura 6- Mata atlântica na ESEC Murici



Fonte: Murici Web, 2021.

O Decreto nº 98.524 criou a Reserva Biológica de Pedra Talhada. A REBIO possui conselho gestor desde 2004 e plano de manejo desde 2017. O nome da unidade é oriundo das formações rochosas talhadas pela erosão hídrica e eólica. 30% da área está representada por Caatinga. Além de proteger um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica do interior de Alagoas e Pernambuco, a Reserva Biológica de Pedra Talhada é considerada um importante centro de endemismo de aves, dentre elas, algumas ameaçadas de extinção, como o gavião-

pomba (*Leucopternis lacernulatus*) e o uru-do-nordeste, (ICMBio, 2022). A figura 8 abaixo mostra uma formação rochosa que deu origem ao nome da REBIO.

Figura 7 - Formação Rochosa Pedra Talhada



Fonte: Nordeste, 2022

O Monumento Natural do Rio São Francisco, criado pelo Decreto nº DNN12057 possui conselho gestor desde 2015 e não possui plano de manejo. Esta unidade de conservação encontra-se inserida no bioma Caatinga, localizada entre os Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Tem uma área de 27 mil ha e distribui-se entre os municípios de Piranhas, Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, Paulo Afonso, na Bahia e Canindé de São Francisco, no Estado de Sergipe. Tem por objetivo conservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental. Apresenta forte potencial turístico, principalmente fluvial tendo muitos passeios de catamarã pelos cânions, além de no município de Piranhas onde a história de Virgulino Ferreira da Silva, o lampião, que teve sua cabeça e do seu bando expostas na prefeitura de Piranhas, assim sendo, grande fonte de conhecimento para visitantes, que também aproveitam para visitar outro ponto que é a usina hidrelétrica de Xingó, uma das principais distribuidoras de energia do nordeste e situada entre os estados de Alagoas e Bahia. Abaixo a figura 9 mostra o rio São Francisco em uma área da UC.(ICMBio, 2022)

Figura 8. Rio São Francisco na área da MONA



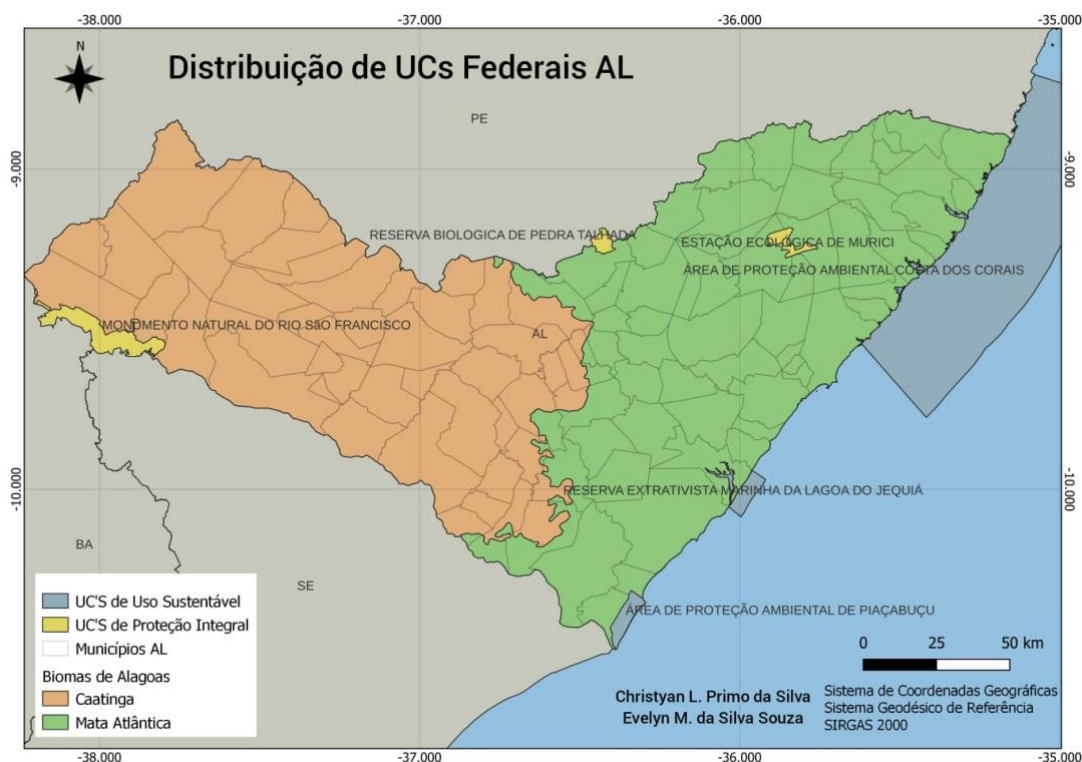
Fonte: ICMBio, 2022.

Com base nessas informações sobre as UCs, foi possível entender a importância que elas têm para a proteção de espécies, conservação do ambiente, uso correto dos recursos naturais e garantia de um meio ambiente estável para as próximas gerações. Assim, diante das tantas riquezas apresentadas, é necessária uma boa gestão das UCs, bem como também uma boa distribuição das mesmas visando maior área de atuação, aumentando a porcentagem de proteção de áreas naturais.

4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS EM ALAGOAS

Segundo o ICMBio, Alagoas tem uma área de 27.768 km², juntas as unidades de conservação federais preenchem uma área total de 427,5562 km², que é equivalente a 2,34% da área total do estado. O Estado está dividido em três mesorregiões, sendo elas: Sertão alagoano, Agreste alagoano e Leste alagoano. As seis unidades de conservação federais do estado de Alagoas estão distribuídas quatro no leste alagoano, uma no agreste alagoano e uma no sertão alagoano. O Estado apresenta 2 biomas, a Caatinga e a Mata Atlântica. A figura 13 mostra a distribuição das unidades de conservação federais no território alagoano, destacando os biomas onde estão localizadas.

Figura 13 -Mapa das unidades de conservação federais em Alagoas – PE.



Fonte dos dados: IBGE e ICMBio. Organizado pelos autores, 2022.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro que tem seu nome oriundo do tupi-guarani que significa mata branca. Atualmente 7,7% da Caatinga está protegida por unidades de conservação. Ela apresenta uma vegetação seca caracterizada pelas temperaturas elevadas, vegetação rasteira e variação de fertilidade do solo, além de abrigar muitas espécies de fauna e flora. Um ponto visto que um dos problemas mais encontrados é o tráfico de animais, o que contribui para a extinção das espécies da Caatinga engloba o Sertão alagoano e boa parte do Agreste alagoano também (OLIVEIRA *et al.* 2019).

A Mata Atlântica é um bioma rico que tem como característica principal florestas densas e fechadas, ela apresenta grande biodiversidade e está 10% protegida por unidades de conservação. A muito tempo esse bioma tem problemas como desmatamento, queimadas, além de também englobar 117 espécies da flora brasileira na lista das ameaçadas de extinção, isso também vale para a fauna, tendo como exemplo a onça-pintada e o mico-leão-dourado. A Mata Atlântica engloba o território remanescente do Agreste e todo o Leste alagoano (SOS MATA ATLÂNTICA, 2021).

Além disso, há um detalhe que deve ser observado, as comunidades tradicionais. Segundo a informações do ICMBio (2021) as comunidades quilombolas apresentam aproximadamente 180 comunidades sendo 70 certificadas, sendo 3 que fazem parte da área de alguma UC, são elas: Pixaim que está presente na APA de Piaçabuçu, povoado Cruz em Delmiro Gouveia e Bom Despacho em Passos do Camaragibe. Já os indígenas de acordo com o ICMBio

(2022) são 6 comunidades: a Jeripancó, Karapotó, Kariri-xocó, Tingui-Botó, Wassú e Xucuru-Kariri e nenhuma delas está ligada a unidades de conservação.

Há também um terceiro tipo de comunidade que são os pescadores, diferentemente das duas outras comunidades citadas acima, não tem uma lei que lhes garante território e por isso tem muitos problemas para se manter em suas áreas de pesca. As UCs APA Costa dos Corais, APA de Piaçabuçu e RESEX marinha de Jequiá tem comunidades de pescadores, eles lutam para manter seus territórios por muito tempo. No caso dessas comunidades inseridas nas UCs citadas, é uma situação melhor que a maioria, visto que os objetivos das UCs garantem a permissão para a pesca de modo controlado para que as espécies não adentrem a lista dos ameaçados de extinção.

Concluindo, a partir das pesquisas efetuadas, foi possível observar que as unidades de conservação estão mal distribuídas e claramente ocupam pouco espaço da área geral do estado, sendo apenas 2,34% como dito anteriormente.

5 CONFLITOS E POTENCIALIDADE DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As potencialidades ambientais estão relacionadas às formas de uso e ocupação dos recursos naturais. Uma área possui uma grande potencialidade quando ela apresenta por exemplo, aptidão para o turismo, alta biodiversidade, proteção de espécies endêmicas, extrativismo sustentável, agricultura familiar. Porém, elas acabam acarretando conflitos ambientais, também chamados de conflito socioambiental, isso ocorre quando diferentes grupos sociais têm divergências quanto aos interesses em relação ao uso dos recursos do meio ambiente. Esses embates com o passar dos anos foram ganhando grandes proporções tendo causado danos ao meio ambiente. O desmatamento é um exemplo. Essas situações podem afetar diretamente ou indiretamente grupos minoritários como comunidades quilombolas, povos ribeirinhos e indígenas, que são afetados pela escassez dos recursos naturais e pela desvalorização cultural (FLORIT, 2016). No quadro 2 são apresentados potencialidades e os conflitos das UC's estudadas.

Quadro 2 - Potencialidades e conflitos das UC's federais em Alagoas

Unidade de Conservação	Localização	Potencialidade	Conflitos
APA COSTA DOS CORAIS	Entre os municípios de Rio Formoso, no litoral sul de Pernambuco, e Maceió, capital do estado de Alagoas.	Turismo. Ecossistemas diversificados. Redutos para peixes-boi.	Impactos gerados pelo turismo, danos gerados a atividade pesqueira, pescas irregulares, pisoteio em corais.
RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ	Município de Jequiá da Praia, estado de Alagoas	Berçário para a maioria das espécies pesqueiras de	Ausência do serviço básico de tratamento

		valor comercial. presença de comunidades tradicionais que exercem o extrativismo sustentável e agricultura familiar, potencial turístico.	de esgoto, despejo de efluente sanitário diretamente na lagoa sem tratamento prévio. Inserção de espécies exóticas da fauna.
ESEC MURICI	Estado de Alagoas	Nascentes que abastecem todas as cidades da região, corredor ecológico, abriga espécies endêmicas ameaçadas de extinção.	Caça de animais silvestres e venda da carne, extração de madeira, culturas de subsistência.
REBIO DA PEDRA TALHADA	Estados de Alagoas e Pernambuco	Existência de inúmeras nascentes na mata e no entorno que abastecem alguns municípios, diversas espécies endêmicas ou em perigo de extinção.	Existência de residência pois, de acordo com a SNUC (2000) não é permitido a presença de moradores em reservas biológicas. caça.
APA PIAÇABUÇU	Litoral de Alagoas	Importante para conservação de espécies migratórias, ecoturismo.	Grandes barragens para a produção de energia, a maioria dos moradores da cidade não sabem o que é uma UC, esgotos não tratados jogados no leito do Rio São Francisco.
MONA RIO SÃO FRANCISCO	Estado de Sergipe, Alagoas e Bahia	Diversidade da flora e da fauna, turismo.	Turismo, atividades agrícolas, vegetação de Caatinga impactada diante da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Fonte: Andrade, 2020; Silva; Junkes, 2020; Porfirio et al. 2020.

É importante observar que os conflitos não podem ser completamente eliminados, levando em conta que acontecem por divergências de interesse. Porém, eles podem ser minimizados e uma das formas para isso acontecer é dando mais importância à presença dos moradores locais e comunidades tradicionais, embora não possuam conhecimento técnico em relação ao meio ambiente, possuem conhecimento empírico, ou popular sobre os biomas e suas relações, assim existem características locais que podem ser facilmente descobertas com a sua ajuda. Assim, junto com as equipes de gestão é possível elaborar propostas para um bom manejo e aproveitamento das potencialidades, além da diminuição de impactos presentes, caso existam, na UC (SHIRAIISHI, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve a principal função analisar as unidades, buscando conhecer suas principais características, compreender suas potencialidades e conflitos, além de observar sua

distribuição no estado e com base nisso fazer uma análise sobre elas visando descobrir se Alagoas está proporcionalmente protegida de acordo com as localidades das UCs. É importante ressaltar que os resultados poderiam ser mais completos se o contato com as UCs fosse possível, porém no processo houveram alguns problemas de tempo de resposta. As informações coletadas no trabalho mostram que é um estudo importante e viável, visto que o estudo oferece informações do estado como um todo, além das unidades de conservação, além de abrir possibilidades de novas pesquisas que possam abranger pontos específicos do estado ou até mesmo ampliar a pesquisa para o âmbito regional ou nacional.

Visto isso, muitas áreas poderiam ser preservadas por meio da criação de novas unidades de conservação, principalmente na região do sertão e agreste alagoano, as melhores opções seriam APA, REBIO ou ESEC, pois elas visam mais a proteção do ambiente, controle do uso de recursos, apresentam regra de visitação e pesquisa, assim a caatinga poderia ser protegida de forma efetiva. A partir estudo é possível observar que a Caatinga poderia receber mais unidades de conservação. Por outro lado, a Mata Atlântica tem 5 UCs federais, apesar de se concentrar no leste alagoano, fazendo a parte da mata atlântica localizada no agreste alagoano não ter proteção.

Tendo isso em vista, é possível observar que cinco das unidades de conservação federais do estado tem como principal bioma a Mata Atlântica, são elas: APA Costa dos Corais, APA de Piaçabuçu, RESEX Marinha de Jequiá, ESEC Murici e a REBIO de Pedra Talhada tendo seus objetivos mais ligados a proteção e preservação da área da UC divergindo entre foco em pesquisas exclusivamente e uso controlado dos recursos naturais da UC. A localidade também implica diretamente nos problemas enfrentados pelas UCs e suas potencialidades, tendo como principais problemas principalmente desmatamento, queimadas, caça ilegal de espécies e como potencialidade a comercialização de produtos oriundos da UC e o turismo no caso de RESEX e APA, e pesquisa e educação ambiental em questão de ESEC E REBIO. Dito isso, apenas uma localizada no território do Sertão alagoano apresentando como bioma a Caatinga, sendo ela a MONA do Rio São Francisco que é uma UC que tem muito turismo, apesar de regido pelos gestores, e visa preservação da beleza cênica, tendo como problemas questões relacionadas a vegetação pela construção da usina de Xingó e seus impactos. Dito isso, como visão final temos que o vasto estado de Alagoas ainda tem muito a evoluir em matéria de unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. Â. P. de Pesca artesanal, turismo e impactos socioambientais: A percepção ambiental dos pescadores na APA Costa dos Corais (Alagoas/Brasil). 2020.

BRASIL. Decreto nº 88.421 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88421.html&ved=2ahUKewitzJ3Os4H6AhXzA7kGHQg4B2sQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw2PtFIRJIZ-SGkl_TM2qZ5M. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº98.524 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&ret=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98524.htm&ved=2ahUKewjGr4XXtIH6AhVBJrkGHR1fAHMQFnoECACQAQ&usg=AOvVaw1CiHFn7v0TyyGWWqztlfv. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. DNN5976 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%2520a%25202000/1997/dnn5976.htm&ved=2ahUKewil7oKFs4H6AhUDF7kGHZhRAVQQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw1Y3AxBZrzBIHAh5IEGB5Wz. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. DNN9336 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/Dnn9336.htm&ved=2ahUKewiQr87_s4H6AhUGEbkGHXTCdxgQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw0TRrk_Ukr8jGzqj2GEnM6E. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. DNN9214 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2001/Dnn9214.htm&ved=2ahUKewi7rvSltIH6AhXApZUCHZU0BsIQFnoECAUQAQ&usg=AOvVaw03RYvzcg2dYI556Vseb7ku. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. DNN12057 disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.planalto.gov.br/CCIViL_03/_Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12057.htm&ved=2ahUKewiqpN-VuYH6AhXTctQKHZCEctkQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw0WHh_gzxYGSmcg_Sivg5C. Acesso em 08 de setembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 9.985. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 jun. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19985.htm. Acesso dia 08 de setembro de 2022.

COMUNIDADES INDÍGENAS DE ALAGOAS. Gov.br, 2022. Disponível em

<https://dados.gov.br/dataset/comunidades-indigenas-de-alagoas>. Acesso em 02 de setembro de 2022.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALAGOAS. Gov.br, 2021. Disponível em

<https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/comunidades-quilombolas-de-alagoas>. Acesso em 02 de setembro de 2022.

ICMBIO. APA costa dos corais. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-costa-dos-corais>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBIO. APA Piaçabuçu. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-de-piacabucu>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBIO. ESEC Murici. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/esec-de-murici>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBIO. Mona Rio São Francisco. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/centro-integrado-de-estudos-georreferenciados-cieg/atlas-das-caatingas/mona-do-rio-sao-francisco>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBio. Plano de manejo da APA Costa dos Corais disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.icmbio.gov.br/apacos-tadoscorais/images/stories/plano_de_manejo/PM_APACC_2021.pdf&ved=2ahUKEwik89_Zp4H6AhXKFbkGHWMxDYEQFnoECBAQAQ&usg=AOvVaw1daG4-g4twglDE70HsJnli. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBio. Plano de manejo da APA Piaçabuçu disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/plano_manejo/apadepiacabucu.pdf&ved=2ahUKEwiEjuvOq4H6AhWYD7kGHWQpBFAQFnoECAoQAQ&usg=AOvVaw2GBy8mdlaOOIOAwY65YPJs. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBio. Plano de manejo da ESEC Murici disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/esec-de-murici/arquivos/plano_de_manejo_planejamento_esec_de_murici.pdf&ved=2ahUKEwj49_3BqoH6AhVeA7kGHckbAhAQFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw0rwHby6BEgNKA0xKY8X6Pq. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBio. Plano de manejo da REBIO de Pedra Talhada disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/rebio-de-pedra-talhada/arquivos/plano_de_manejo_rebio_pedra_talhada.pdf. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBIO. REBIO da pedra talhada. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/rebio-de-pedra-talhada>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

ICMBIO. RESEX marinha da lagoa do Jequiá. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-da-lagoa-do-jequia>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

FLORIT, L. F. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 36, 2016.

MACIEL, B. D. A. Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica. 2007.

PORFIRIO, Ramonne Layly de Carvalho, et al. FATORES E IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE DESMATAMENTO NA RESERVA BIOLÓGICA DE PEDRA TALHADA-PE/AL. *Geoambiente On-line*, n. 38, pág. 274-302, 2020.

SILVA, Adriana Thiara de Oliveira; ACCORDI JUNKES, Janaina. Revisão e Realidade da RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá. *Revista Diversitas*, v. 5, n. 4, pág. 2632-2648, 2020

S.O.S MATA ATLÂNTICA. Mata Atlântica ainda carece de áreas protegidas. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/artigos/mata-atlantica-ainda-carece-de-areas-protegidas/>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

OLIVEIRA, Cícero Diogo Lins; SILVA, Ana Paula Alves; MOURA, Patrick Anderson Gomes. Distribuição e Importância das Unidades de Conservação no Domínio Caatinga. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 42, n. 1, pág. 425-429, 2019.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. WWF BRASIL, 2019. Disponível em <<https://www.wwf.org.br/#nav>>. Acesso em 02 de setembro de 2022.